

Programa de Assistência Estudantil (PAE): análise do perfil socioeconômico das/os estudantes contempladas/os pelo Auxílio Emergencial Estudantil no norte do Brasil



Laura Michele Serrão Lima Gomes¹

Adriana de Azevedo Mathis²

RESUMO

O presente estudo, realizado em 2020, na pandemia de Covid-19, apresenta uma análise do perfil socioeconômico das/os estudantes contempladas/os pelo auxílio emergencial regular do Programa de Assistência Estudantil (PAE) de uma Instituição de Ensino Superior no norte do Brasil. O trabalho tem como objetivo identificar os principais impactos da pandemia de Covid-19 na vida das/os estudantes e seus familiares. Destarte, os dados apresentados no artigo basearam-se na pesquisa produzida pela Associação Nacional de Dirigentes de Ensino Superior (ANDIFES) e no relatório publicado por uma universidade federal pública do norte do país. Nesse estudo, foram levantadas as seguintes questões relacionadas ao público-alvo da pesquisa, tais como: diminuição de renda, aumento do subemprego e desemprego, intensificação de transtornos relacionados a saúde mental e incomensurável desigualdade social e econômica. Particularmente no que se refere as desigualdades vivenciadas entre as/os estudantes mais pobres, sobretudo aquelas vinculadas a famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Palavras-chave: Programa de Assistência Estudantil. Perfil socioeconômico das/os estudantes. Pandemia da Covid -19.

1 Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lmichele.lgomes@gmail.com.

2 Professora Dra. de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adriana.azevedo.mathis@gmail.com.

ABSTRACT

The present study, carried out in 2020, during the Covid-19 pandemic, presents an analysis of the socioeconomic profile of the students covered by the regular emergency aid of the Student Assistance Program (PAE) of a Higher Education Institution in northern Brazil. The work aims to identify the main impacts of the Covid-19 pandemic on the lives of students and their families. Thus, the data presented in the article were based on research produced by the National Association of Higher Education Directors (ANDIFES) and on the report published by a public federal university in the north of the country. In this study, the following questions related to the target audience of the research were raised, such as: decrease in income, increase in underemployment and unemployment, intensification of disorders related to mental health and immeasurable social and economic inequality. Particularly with regard to the inequalities experienced among the poorest students, especially those linked to single-parent families headed by women.

Keywords: Student Assistance Program. Socio-economic profile of students. Covid-19. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O estudo que ora se apresenta está relacionado ao Programa de Assistência Estudantil (PAE) de uma Instituição de Ensino Superior a qual segue as orientações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2007 pela Portaria Normativa 39, implementada em 2008 e regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010, com o objetivo de atender as/os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país a fim de garantir a permanência dessas/es estudantes.

Este estudo analisa o perfil socioeconômico das/os estudantes contempladas/os pelo auxílio emergencial estudantil em uma Instituição de Ensino Superior no norte do Brasil. É resultado do levantamento de informações realizado pelas/os assistentes sociais vinculadas/os ao corpo técnico dessa instituição responsáveis pela execução do PAE.

Importante destacar que os dados aqui retratados são oriundos do relatório público descritivo “Análise DE INDICADORES: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19” (GOMES, 2021) DA INSTITUIÇÃO SOBRE OS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO PRIMEIRO ANO DE PANDEMIA QUE TRATA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO das/os estudantes de graduação, os quais foram contemplados com o auxílio emergencial do Programa de Assistência Estudantil (PAE)³.

Desta forma, o objetivo é analisar e caracterizar o perfil socioeconômico dessas/es estudantes que foram contemplados com o auxílio emergencial do PAE na pandemia da Covid-19. Trata-se de indicar as dificuldades primordiais e os impactos vivenciados por esta geração de jovens e seus familiares, durante este momento pandêmico, que alterou o dia-a-dia da população e agudizou as expressões da questão social, como: as formas precárias de trabalho, a informalidade, cortes de salários entre os trabalhadores formais, aumento da pobreza e miséria, adoecimento mental e o contágio pelo coronavírus.

Ressalta-se que o auxílio emergencial do PAE estava implementado na instituição desde o ano de 2019 pela Resolução nº 260 e tinha como objetivo principal apoiar estudantes “que vivenciem situações emergenciais de privações como desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros que possam interferir ou trazer prejuízos ao desempenho acadêmico e a permanência na universidade” (UFRA, 2019, n.p.) Neste sentido, durante o início da pandemia com a intensificação de processos de exclusão social que já estavam em curso desde o golpe de 2016, as solicitações de auxílio emergencial do PAE da universidade aumentaram exponencialmente e o recurso orçamentário foi insuficiente para atender as/os estudantes.

Com base no que foi dito, enquanto estratégia de atendimento das demandas, o setor de serviço social da instituição, em conjunto com a Comissão de Assistência Estudantil – CAE⁴, deliberou no ano de 2020, que os recursos do Restaurante Universitário fossem alocados em um edital específico de seleção denominado Auxílio Estudantil Emergencial do PAE para atender minimamente as necessidades postas pelas/os estudantes nesse período. Neste sentido, este estudo está caracterizado como uma pesquisa com dados quantitativos e

3 Para evitar repetições no decorrer do trabalho, optou-se por utilizar somente a sigla do Programa de Assistência Estudantil (PAE).

4 CAE- Comitê de Assistência Estudantil – Instituído pela Resolução nº 260 em dezembro de 2019 – que aprova o Programa de Assistência Estudantil (PAE). O Comitê é composto por Pró-reitores ou seus representantes, assistentes sociais (prioritariamente), técnicos administrativos e Diretório Central dos Estudantes (DCE), estudantes.

qualitativos, com fontes de informações primárias e secundárias, a partir de: observação, diário profissional e relatórios nacional e o institucional referentes ao perfil estudantil.

Pensar este perfil socioeconômico das/os estudantes que são atendidos pelo PAE, para além do que está posto, não como algo definitivo e peremptório, trata-se aqui de uma particularidade, de parte de uma população que mesmo com toda a pobreza vivenciada, e tem acesso à política social de educação superior, o que talvez possa fazer a diferença a longo prazo, diferentemente de grande parte da população brasileira, que não usufrui desse direito social.

Os dados aqui desvelados, mesmo partindo da particularidade de um grupo de indivíduos, identificam questões que podem ser observadas como uma das determinantes na totalidade da sociedade e nas condições de vida da população em geral. Há um aumento significativo dessa pobreza para a classe trabalhadora durante a pandemia, porém ressalta-se aqui um ponto pouco discutido: as abissais desigualdades sociais que se aprofundaram neste período, que proporcionam um aumento da concentração de riqueza entre os mais ricos e, ao mesmo tempo, aumento dos famélicos no mundo particularmente no Brasil a inserção do país novamente no Mapa da Fome.

Na tentativa de refletir sobre esta realidade para além do campo aparente ou como fatos isolados da realidade observada, esta análise foi dividida em quatro momentos. O primeiro trata a Política Social de Assistência Estudantil enquanto direito social. O segundo aborda a Pandemia de Covid-19, no agravamento de um contexto em que a classe trabalhadora já vinha vivenciando: exploração do trabalho, precarização, subemprego e desemprego e ainda, exclusão de direitos sociais. O terceiro demonstra um perfil básico das/os estudantes atendidas/os pelo auxílio emergencial do PAE, identificando os marcadores sociais de sexo, classe e raça. O quarto estrutura-se em indicadores sociais que apontam os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das/os estudantes e suas famílias.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO DIREITO SOCIAL

A Assistência Estudantil, como direito social em sua amplitude, deve pautar-se nos atendimentos das necessidades básicas dos seus usuários e não deve ser pensada de forma seletiva e focalizada, mas sim como promotora de igualdade e justiça, pois a Política de Assistência Estudantil é resultado de lutas sociais incorporadas pelo Estado brasileiro, como forma de minimizar os conflitos de classe e as abissais desigualdades sociais dentro das instituições de ensino superior, sendo assim, um modo de diminuir nas universidades públicas brasileiras, o processo histórico de exclusão social da classe trabalhadora.

Destarte, Cisne (2015) afirma que o serviço tem sua origem em função da implementação de políticas sociais pelo Estado, a fim de atender os interesses da classe explorada, ao mesmo tempo em que ameniza os conflitos de classe e atende a necessidade do capital, garantindo assim, o controle e reprodução da classe trabalhadora. Esta realidade expressa a tendência presente na concepção de direito social permitido na sociedade capitalista: fruto de pressão social e incorporação pelo Estado capitalista, de demandas sociais. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) resultado da luta de setores sociais foi instituída em 2007 pela Portaria Normativa 39 e implementada em 2008 com o objetivo de atender as/os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país e seu objetivo principal é garantir a permanência das/os estudantes de graduação.

Segundo Imperatori (2017), esta primeira portaria a qual estabelece a política de assistência estudantil possui ampla abrangência, pois além de não estabelecer rigorosamente o público alvo a ser atendido, também se desenvolve em diversos eixos de atuação (moradia, saúde, creche, alimentação, transporte etc.), o que possibilita a articulação dessa política a outras políticas sociais com o intuito de proteção social amplo. Além disso, as/os estudantes têm a possibilidade de participar e acumular as modalidades, sejam elas realizadas em ações monetárias com auxílio e bolsas específicas ou mesmo o acesso às moradias estudantis, às creches e/ou aos Restaurantes Universitários.

No entanto, Imperatori (2017) afirma que há algumas mudanças dessa Portaria em 2010, quando a mesma passa a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010. Há um ganho, pois este instrumento jurídico tem mais força e estabilidade, mesmo com a alteração que compete ao público-alvo (focalizando a prioridade em critérios de renda) esta política é um ganho para as/os filhas da classe trabalhadora, principalmente por legitimar as condições de permanência, democratizar o ensino e diminuir as desigualdades sociais e regionais por meio da educação (BRASIL, 2010).

Assim como Imperatori (2017), Mocelin (2019) apresenta uma análise da concepção da Política de Assistência Estudantil enquanto forma de proteção social ampliada e intersetorial a partir da seguridade social, no sentido de ultrapassar a lógica de uma Assistência Estudantil pautada na “bolsificação”, na seletividade e focalização com exigências de contrapartidas das/os estudantes. Neste sentido, segundo a autora, é possível pensar uma assistência estudantil articulada à política de assistência social e educação como objetivo de garantir a permanência das/os estudantes no ensino superior, na garantia de uma proteção social ampliada.

A partir disso, a autora estabelece uma relação entre os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social (PNAS 2004) com o PNAES (2010) traduzindo-o enquanto uma ampliação da Política de Assistência. A exemplo, na PNAS (2004, p. 32), a garantia de segurança como: “segurança de sobrevivência, (de rendimento e autonomia), de acolhida; de convívio ou convivência familiar” e nas Instituições Federais isso se estabelece a partir dos auxílios e bolsas estudantis, além da alimentação que pode ser dada pelos auxílios ou Restaurantes Universitários, a moradia por auxílios ou pelas Casas dos Estudantes, além dos espaços de escuta com equipe multiprofissional por meio dos atendimentos sociais, a democratização das informações no que compete aos direitos e rede de serviços municipais e estaduais, entre outros.

Mocelin (2019) enfatiza a necessidade da dimensão intersetorial, pois as políticas não têm plena resolutividade individualmente e a articulação entre elas é fundamental para que alcancem os objetivos de proteção social conjuntamente e o enfrentamento das expressões da questão social. Neste sentido, destaca-se que: “como política de assistência, a assistência estudantil faz parte de um esforço intersetorial para minimizar as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo, além de fortalecer os processos de ingresso e permanência das camadas subalternas da nossa sociedade nas universidades” (JOCELIN, 2019, p. 255). Importante compreender o contexto de contra-reforma do estado no congelamento de recursos, principalmente a partir de dezembro de 2016, com a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016). A referida emenda instituiu por 20 anos o congelamento de despesas primárias do Poder Executivo da União nas áreas sociais de saúde e educação, dentre outros cortes no orçamento fiscal, além disso, ressaltam-se as intervenções nas Universidades Federais. Tudo isso impacta, conseqüentemente, no Programa Nacional de Assistência Estudantil, que tenta manter minimamente o que se tem, sem condições de ampliação.

É nesse contexto, aliado a uma conjuntura mundial de calamidade pública decorrente da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, que se materializam as ações de assistência estudantil do PAE em um processo coletivo juntamente com a participação efetiva das/os estudantes nas decisões orçamentárias e definições dos atendimentos das principais demandas. É a partir disso que o edital para auxílio emergencial do PAE se estabelece, com a decisão da CAE de alocar o recurso do Restaurante Universitário (sem uso em decorrência da pandemia) para os auxílios emergenciais estudantis destinados para atender as/os estudantes neste período inicial de pandemia. Na tentativa de compreender a totalidade do contexto de pandemia e os impactos dela na vida das/os estudantes de graduação é que o próximo ponto se apresenta.

A CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA COVID-19

Harvey (2020), em artigo publicado no primeiro trimestre da pandemia, fez uma análise sobre a dinâmica global do capital diante da pandemia do coronavírus e como o capitalismo funciona. Para isso, o autor localizou dois cenários diferentes e que se interligam. O primeiro ocorre no mapeamento das contradições internas do capitalismo na busca de lucros, como “aspiral de expansão e crescimento”, a partir do que Marx denomina como produção, realização (consumo), distribuição e reinvestimento. O segundo momento é como esse modelo se incorpora na reprodução social da população na “relação metabólica” com a natureza, formações culturais, científicas, religiosas entre outras.

Ao denominar espiral produtivo, Harvey (2020) discute as repercussões da expansão do coronavírus na dinâmica global, o que resultaria em: bloqueios, interrupções e desvalorizações dando início à crise. Um dos pontos mais importantes da análise do autor, e que mais interessa neste estudo, é o que ele denomina como linha de frente: “a nova classe trabalhadora”. Estes serão mais atingidos pela pandemia, seja na contaminação pelo vírus, ou no desemprego, sem nenhum tipo de direito social. Harvey (2020) afirma que “o progresso da Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (HARVEY, 2020, não paginado).

Em um país periférico como o Brasil, essa característica ganha uma expressão mais drástica com uma feição desumana. Os dados apontam para um maior número de mortes por Covid-19 nas áreas periféricas. Mesmo com a ineficiência dos dados, indicadores de classe e raça predominam e se sobressaem. Fleury e Menezes (2020, p. 267), no artigo “Pandemia nas favelas entre carências e potência”, afirmam:

Ficou patente que as condições de determinação social da saúde e da doença, associadas às políticas e acesso aos serviços de saúde, condicionam as possibilidades daqueles que sobre- viverão e dos que morrerão, para além das condições pessoais; o que inclui condições como falta de saneamento, abastecimento irregular de água e coleta de lixo, precárias condições de urbanização e de moradia, aliadas às carências nutricionais e insegurança alimentar. A estas, somam-se as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a exames e medicamentos, gerando uma situação de peregrinação que materializa o contra direito à saúde.

A mesma perspectiva de Harvey (2020), na compreensão da estrutura global do capital, diante da pandemia do coronavírus, se coaduna com as ideias de Antunes (2020) no livro “CORONAVÍRUS: o trabalho sob fogo cruzado”, indicando a relação das crises econômicas

e a explosão da pandemia do coronavírus, além de ratificar os impactos e consequências para a classe trabalhadora, que vai além do número de mortos, estendendo-se ao empobrecimento, miséria e aumento dos índices de famélicos em nível mundial e nacional, em uma perversidade sem limite.

Antunes (2020) destaca ainda o percurso histórico realizado por Harvey (2020) na obra e a retomada da metáfora do metabolismo social utilizada por Marx em “O capital” e aprofundada por Mészáros (2011) em “Para além do Capital”, que trata sobre a engrenagem econômica ilimitada, expansionista e destrutiva, caracterizada enquanto um sistema cada vez mais autofágico que se volta para expansão e reprodução do capital.

Neste sentido, Antunes (2020) indica que a pandemia do coronavírus intensifica um processo que já é vivenciado desde a década de 1960, com as crises de 1968-1973 e de 2008-2009, que acentuam processos de corrosão do trabalho, destruição da natureza, extrativismos predatórios, além de racismo, opressão de gênero, homofobia e sexismo (ANTUNES, 2020, p. 10). Além disso, o que se observa nos últimos anos é que há um estímulo no governo atual, é o total desprezo à ciência, à razão instrumental, incentivo contínuo à violência estrutural que oprime as ditas “minorias” e exclusão de direitos sociais à totalidade da classe trabalhadora, que sobrevive ao vírus e ao sistema letal do capital.

A pandemia assola e se prolifera globalmente. No Brasil, sua intensidade se agudiza determinada por uma política negacionista e ausência de intervenções estatais efetivas. Tais circunstâncias têm matado em uma proporção única diante de outros países da América Latina⁵.

Neste sentido, explicita Antunes (2020, p.20): “A classe trabalhadora, então, se encontra sob fogo cruzado, entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade”. O autor destaca:

[...] a confluência entre uma economia destruída, um universo societal destruído e uma crise política inqualificável converte o Brasil em um forte candidato ao abismo humano, em um verdadeiro cemitério coletivo. Isso porque vivenciamos uma economia em recessão que caminha para uma terrível e profunda depressão. Não é difícil entender que tal tendência ampliará ainda mais o processo de miserabilidade de amplas parcelas da classe trabalhadora que já vivenciavam formas intensas de exploração do trabalho, de precarização de subemprego e desemprego.

O livro “La Pandemia social de Covid-19 en América Latina: Reflexiones desde la salud colectiva” traz reflexões sobre a forma como o Estado, a sociedade e o mercado se organizam para conter o vírus, numa perspectiva crítica de compreender a conjuntura pandêmica como um processo coletivo e sócio-histórico, determinado por uma estrutura de exploração, dominação e exclusão que resulta em processos sociais complexos que serão escancarados pela pandemia.

Os autores afirmam que tais processos são resultados do sistema de opressão, subordinação da classe trabalhadora e dismantelamento do que é público, sendo que a Covid-19 apenas aprofundou as desigualdades estruturais que perpassam por desigualdades

5 Em abril de 2021, registravam-se mais de 4.000 (quatro mil mortes) diárias, que acumulam mais de 400.000 (quatrocentos mil) mortes pelo vírus no Brasil, além do subemprego e do desemprego em massa e da fome que assola o país.

sociais, econômicas e políticas, demonstrando com isso o aspecto social da pandemia que impossibilita a satisfação de necessidades básicas e a participação na vida cotidiana. Partem do pressuposto de que os grupos mais desprotegidos pela pandemia são aqueles que já vivenciavam processos de exclusão anteriores a ela, a exemplo: trabalhadores informais e precarizados, desproteção social, não acesso a serviços básicos, infraestrutura de moradia e saneamento básico, além de insegurança alimentar. São esses grupos populacionais que têm atravessado as piores condições de saúde e morte durante a pandemia. Segundo Abagaro (2021, p.56-57):

La forma de enfermar y morir está directamente relacionada con las condiciones de vida y evidencia el carácter socio-histórico de la pandemia. Los modos de vida en sociedades históricamente determinadas, de corte capitalista, y sus desdoblamientos en términos de las contradicciones en salud son inherentes a su estructura económica, política, social, cultural y de género. El COVID-19 reforzó las disparidades al interior de los grupos sociales y ha intensificado las desigualdades en la participación ciudadana y en el acceso a bienes y servicios de toda naturaleza.

A partir disso, as análises teóricas aqui abordadas permitem compreender tal conjuntura pandêmica estabelecida na estrutura do sistema do capital, nas abissais desigualdades: sociais, econômicas e políticas, sendo que o maior flagelo recai sobre a população empobrecida que precisa “escolher” mais a ameaça da fome do que a própria pandemia.

Os dados demonstrados têm permitido aproximação na reflexão da realidade das/os estudantes de graduação atendidos pelo auxílio emergencial do PAE. Isto porque partem do que é vivenciado também pela população empobrecida do estado do Pará e talvez do Brasil, que se vê diante tanto de uma política pífia oriunda do governo federal, que privilegia uma prática negacionista da ciência, como também de uma necropolítica que impacta diretamente nos alarmantes índices de mortes diárias. Diante disso, apresenta-se no próximo ponto o perfil socioeconômico das/os estudantes contemplados com o auxílio emergencial estudantil da Universidade.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS ESTUDANTES CONTEMPLADAS/OS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL ESTUDANTIL

No mês de maio de 2020, período em que foram abertas as inscrições para o auxílio emergencial do PAE, foram solicitados 449 auxílios emergenciais pelas/os estudantes, via: questionário socioeconômico institucional, justificativa de solicitação e documentação individual e familiar. O processo de seleção foi realizado sem edital, de forma emergencial, via e-mail institucional, pois o sistema utilizado pelo PAE não estava apto a receber tal demanda conforme descrito no relatório de Gomes (2021) “Análise de indicadores: assistência estudantil emergencial durante a pandemia da Covid-19”.

No campus de Belém, cento e oitenta (180) estudantes solicitaram o auxílio emergencial do PAE, o que significa 40,08% do total de solicitações. Do total de solicitações em Belém, em um primeiro momento, foram atendidos trinta e quatro (34) estudantes. No mês de outubro/2020, foram inseridos mais doze (12) estudantes que aguardavam na lista de espera. O total de auxílios emergenciais disponibilizado no fim do processo foi de quarenta e seis (46) estudantes, ficando uma demanda reprimida de cento e trinta e quatro (134).

Destaca-se que a análise contida neste estudo referem-se aos estudantes contemplados no campus Belém, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Solicitações, atendimentos e demanda reprimida.

Belém - Solicitações, atendimentos e demanda reprimida	Números
Solicitação de auxílio emergencial	180
Atendidos 1 remessa	34
Atendidos 2 remessa	12
Demanda reprimida	134

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em: PROAES UFRA (2020), GOMES (2020).

O estudo oriundo do relatório “Análise de indicadores: assistência estudantil emergencial durante a pandemia da Covid-19” (GOMES, 2021) aponta que no campus de Belém, do total e contemplados, 67,4% são mulheres. Este dado se assemelha ao perfil das/os estudantes de nível superior, no qual o índice de mulheres vem crescendo nas últimas décadas. Neste sentido, infere-se que concomitante a entrada de mulheres na graduação há também um aumento de solicitações de apoio da assistência estudantil para a sua permanência. Importante destacar aqui que as mulheres ainda se encontram em maior vulnerabilidade social. Tal ponto pode ser exemplificado diante do aumento global, durante a pandemia, dos índices de feminicídios⁶ e violência doméstica e familiar praticadas principalmente contra as mulheres e crianças, que passaram a conviver em confinamento domiciliar com os seus agressores.

Quanto a autodeclaração (cor, raça/etnia) das/os estudantes, 83,8% se autodeclararam pretas/os e pardas/os, 11,6% brancas/os e 4,7% amarelas/os. Quando se observa os dados de autodeclaração entre as estudantes do sexo feminino atendidas pelo auxílio emergencial do PAE, o índice de pretas e pardas aumenta para 86,2%.

Quanto à faixa etária das/os estudantes, 32,6% estão em idades entre 19 e 21 anos e 58,2% entre 22 e 30 anos. 4,7% das/os estudantes têm idade entre 31 e 35 anos. A mesma porcentagem (4,7%) também foi observada nas/os estudantes com idade acima de 35 anos⁷. As faixas etárias aqui demonstradas coincidem com a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, pessoas que estão inseridas ou tentando se inserir no mercado de trabalho. Neste caso, em maioria, essas/es estudantes de graduação, encontram-se em atividade de qualificação para adentrar ao mercado de trabalho.

Observa-se no estudo um indicativo de mudança na renda das/os estudantes durante a pandemia da Covid-19, porém, quando se compara a estudos anteriores, como, por exemplo, a pesquisa intitulada: “V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais” realizada pela ANDIFES (2018), constata-se que

6 Segundo o documento da Anistia Internacional informe 2020/21 houve aumento de 75% de feminicídios no estado do Pará em comparação ao ano de 2019 (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

7 Lei n 12.852 de 5 de agosto de 2013- Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Estabelece em seu Título I, capítulo I - nos Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas da Juventude - São consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove anos) de idade (BRASIL, 2013).

de modo geral as/os estudantes do norte do Brasil têm renda familiar bruta e per capita semelhante ao que é indicado neste estudo, ou seja, mesmo que neste momento haja corte na renda dessas/es estudantes, ou ainda o subemprego e desemprego, a pandemia intensifica processos de exclusão já vivenciados, como o que é tratado na introdução desse estudo, quando Antunes (2020) afirma que no período da pandemia se acentuam processos de exclusão e corrosão do trabalho que já são vivenciados pela classe trabalhadora.

Quanto à renda bruta familiar das/os estudantes, indicativos demonstram que 25,6% das famílias têm renda de até meio salário mínimo por mês e 46,5% entre meio e um salário mínimo, ou seja, têm-se mais de 70% dos familiares dos (as) estudantes com renda até um salário mínimo, o que indica o grau de pobreza vivenciado pelo público atendido. Pode ser melhor observada a situação de pobreza nos percentuais de renda per capita, nos quais 87% dessas/es estudantes vivem com uma renda de até meio salário mínimo, 6% com renda de meio a um salário mínimo e 7% não possuem nenhum tipo de renda.

Esses números apontam que a maior parte das/os estudantes, de acordo com as classificações de órgãos multilaterais, como exemplo Banco Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU), encontra-se na categoria da pobreza e pobreza extrema. Destaca-se nesta análise, que a avaliação de pobreza está sendo pautada a partir da renda familiar bruta e renda per capita, além de indicadores aqui citados, como: acesso à saúde, o isolamento social, moradia, trabalho, alimentação/nutrição, acesso às aulas remotas, dentre outros.

Diante da renda insuficiente para garantia de atendimento de necessidades como alimentação, medicação e outras, durante este período de pandemia, têm-se mais de 90% das/os estudantes e suas famílias recebendo o auxílio emergencial do governo federal. O valor varia entre R\$600,00 (seiscentos reais) e R\$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Em síntese, o perfil geral dessas/es estudantes atendidas/os pela assistência estudantil durante a pandemia, indica maior número de mulheres (67,4%) jovens entre 19 e 30 anos (90%), negras e pardas (86,2%). Com isso, ratifica-se o que vem sendo pautado por estudiosos, de forma geral, de que a pandemia é social, pois afeta principalmente a intersecção entre sexo, classe e raça.

A EXCLUSÃO SOCIAL ESCANCARADA: OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS/OS ESTUDANTES ATENDIDAS/OS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO PAE

Um dos pontos que chamam mais atenção no relatório “Análise de indicadores: assistência estudantil emergencial durante a pandemia da Covid-19” (GOMES, 2021) foi sobre as condições de trabalho. Observou-se a partir dos dados, que a grande maioria das/os estudantes (60,5%) não realizam atividades remuneradas e dependem de outras pessoas (familiares) para sua manutenção. 37,2% trabalhavam informalmente (garçom/garçonete, serviços gerais em restaurantes, entrega de comida por aplicativo) e neste período ficaram sem realizar a atividade. Apenas 2,3% tiveram diminuição de renda oriunda do trabalho formal.

Quando se trata das condições de trabalho dos familiares das/os estudantes (maioria delas/es são dependentes da mãe ou dos pais) os dados apontam que 14% trabalhavam de carteira assinada e foram demitidas/os. 44,2% trabalhavam informalmente e ficaram sem exercício dessa atividade no período entre março e outubro de 2020. Este dado representa

que 60% dos familiares das/os estudantes, que foram apoiados pelo auxílio emergencial do PAE, ficaram sem trabalho. Este dado acompanha em parte, os índices nacionais de desemprego⁸ no Brasil.

Tal situação impacta gravemente as famílias e sua reorganização diante da pandemia da Covid-19. Observa-se mobilidade entre os membros familiares mais velhos para autoproteção e isolamento social. Há uma quebra de laços sociais e familiares que impacta diretamente nessas/es estudantes, o que pode causar instabilidade emocional, fragilização de vínculos, ou mesmo, construção de novos laços, e/ou a possibilidade de independização forçada dessas/es jovens, que em diversas situações, optaram por sair de casa durante a pandemia em busca de trabalho e/ou de auxílios emergenciais nas esferas municipal, estadual e federal, para garantir sua sobrevivência.

Neste sentido, destacam-se os índices que permeiam a reorganização familiar na moradia durante a pandemia, no qual 23,3% das/os estudantes indicaram que houve mudanças na realocação de pessoas. Dentre elas, pode-se indicar que outras pessoas foram morar na casa ou saíram de casa para ir morar em outro lugar. Tal processo ocorreu, principalmente, como forma de assegurar, minimamente, diante de toda a conjuntura vivenciada, que os grupos de risco de contaminação da pandemia da Covid-19 fossem protegidos.

Quanto ao domicílio dessas/es estudantes, os dados apontam: apenas 4,7% das/os estudantes morando sozinhos; 39,6% com até três pessoas; 27,9% com mais de três pessoas; e a mesma porcentagem de 27,9% das/os estudantes residindo com cinco ou mais pessoas no mesmo domicílio. Além disso, 13,9% das/os estudantes residem em casas de madeira ou mista (madeira e alvenaria).

Ressalta-se no estudo os índices de estudantes que residem somente com a mãe (30,2%), contrapondo-se ao índice dos que moram somente com o pai (2,3%). Comparando-os, tem-se uma diferença entre um e outro de quase 28%, o que indica uma prevalência de famílias chefiadas por mulheres, as denominadas monoparentais.

Quanto à alimentação, 80,6% das/os estudantes responderam que houve mudança na alimentação de sua família. O relato indica a troca de alimentos *in natura* como frutas, legumes e carnes por comidas enlatadas. Além disso, há afirmações de dificuldades de compra de alimentos. Tal situação pode ser observada também na população brasileira de modo geral, com o aumento, em 2020, do número de pessoas que se encontram em insegurança alimentar no Brasil. Os índices apontam que 59,9% da população encontra-se em insegurança alimentar em grau leve, moderado e grave. Este índice equivale a 125 milhões de pessoas. Os dados são ainda maiores quando a análise ocorre pelas regiões brasileiras. A região norte com o valor de 67,7% só é menor que a região nordeste, que apresenta o índice de 73,1%, maior taxa em relação às outras regiões do Brasil (GALINDO *et al.*, 2021).

Outro dado apontado pela pesquisa, que se assemelha ao que indica o grupo de estudantes que são atendidos pelo auxílio emergencial do PAE, é a redução da ingestão de alimentos saudáveis. Dentre as/os entrevistadas/os da pesquisa, 41% indicam a redução do consumo de frutas e 44% do consumo de carnes. Dentre aqueles em insegurança alimentar, a redução do consumo desses alimentos foi de 85%.

8 Segundo IBGE/PNUD (2020), o número de desempregados no Brasil no segundo trimestre de 2020 foi de 13,8 milhões de pessoas chegando a taxa de 14,4% (IBGE, 2020).

A Pesquisa do grupo “Alimento para a Justiça” (GALINDO *et al.*, 2021) apresenta um dado importante quanto aos grupos mais afetados pela insegurança alimentar, localizando a questão interseccional entre raça e gênero. Os dados indicam que a maior incidência ocorre entre pardos (67,8%) e pretos (66,8%). Entre os brancos, o índice é de 48,9%. Além disso, a pesquisa aponta que este índice é ainda maior entre as famílias chefiadas por mulheres, o qual totaliza 73,8% dessas famílias.

Considerando a renda per capita das/os estudantes, o subemprego e desemprego, a infraestrutura residencial, outros indicadores sociais que mensuram a pobreza e a dificuldade que essas famílias tiveram no que estabelece as instituições de saúde, para medidas de prevenção e contenção do vírus, observa-se que os impactos da pandemia são sentidos de forma diferenciada de acordo com o grau de pobreza da população. Importante refletir sobre os marcadores sociais de sexo, classe e raça na produção de desigualdades sociais que afetam os sujeitos das mais variadas formas.

Nesta perspectiva, as/os estudantes puderam falar sobre o tema da violência intrafamiliar. Quando se perguntou se ela/e ou familiar sofreram algum tipo de violência neste período de pandemia, 93% afirmam que tanto eles como seus familiares não sofreram violência. 7% responderam que sim, sofreram violência, porém, não denunciaram estas agressões.

Importante destacar também, acerca da questão que trata sobre conflitos familiares, vivenciados durante a pandemia, no que se refere à divisão de atividades domésticas. Houve um indicativo de quase 30% das/os estudantes que vivenciaram situações de conflitos em decorrência da divisão destas atividades.

Infere-se a partir do que está posto, que os números de violência entre as/os estudantes pode ser maior do que 7%, a partir do que se compreende enquanto violência intrafamiliar. Enfatiza-se aqui, que talvez as/os estudantes não tenham clareza desse conceito. Talvez por isso, o distanciamento dos percentuais entre violência⁹ e conflito¹⁰.

Os dados apontam um crescimento dos números de violência doméstica durante a pandemia no mundo. Toledo (2020) cita que países como China tiveram seus números triplicados, na França houve aumento em 30% e no Brasil as denúncias tiveram crescimento de 50%.

Outro dado importante trata diretamente sobre o contágio pelo vírus da Covid-19 no período de abril a outubro de 2020, no qual mais da metade das/os estudantes (53,5%) responderam que foram contaminados. 4,6 % responderam que tiveram os sintomas

9 Para Minayo (2006, p.13) “A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, à luta pelo poder e à vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois, de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas”.

10 “Conflito é um termo bastante genérico que pode significar tanto as contendas entre dois indivíduos, como uma guerra internacional entre diversos países e engloba tudo que houver entre esses dois extremos. A perspectiva do conflito é uma das principais tradições de pesquisa na Sociologia, incluindo diversas abordagens teóricas. Marxismo, feminismo, diversas perspectivas weberianas e muitas outras. Todas essas vertentes empregam alguma versão da teoria do conflito. As teorias do conflito investigam a importância dessas estruturas sociais na sociedade, as quais produzem tensões e rivalidades crônicas que eventualmente eclodem em violência” (GIDDENS; SUTTON, 2016).

da doença de forma leve, porém não tiveram acesso aos exames de testagem que confirmassem ou não a contaminação por Covid-19. Quanto à contaminação pelo vírus da Covid-19 em membros familiares dos/as estudantes, tem-se 61,5% de contaminação, indicando um aumento do índice quando comparado aos estudantes. 2,3% tiveram os sintomas, porém não fizeram teste que confirmasse a contaminação pela Covid-19.

Quanto à assistência médica, tem-se mais de 45% das/os estudantes e/ou familiares que realizaram tratamento para a Covid-19 na própria residência. 20,9% realizaram tratamento pelo Sistema Único de Saúde- SUS. O índice de internação entre as/os estudantes e seus familiares foi de 11,6%, além disso, as/os estudantes indicaram em seu formulário um índice de 18,6% de óbitos por Covid-19 entre os familiares.

Na tentativa de compreender o que estava acontecendo na vida dessas/es estudantes, lhes foi perguntado se nos últimos meses se sentiu “para baixo”, “triste”, “sem perspectiva”, ou ainda, com “pouco interesse” ou “pouco prazer” em fazer as coisas. 95,4% das/os estudantes responderam que sentem estas sensações “frequentemente”, “às vezes” e “sempre”.

O demonstrativo indica um resultado de 60,4% (“sempre” e “frequentemente”) e 30% (“às vezes”) das/os estudantes com dificuldade de concentração, “pouca energia” e cansaço para realização de atividades como ler, estudar e assistir televisão. Outro dado importante é a indicação de dificuldade para relaxar, nervosismo, agitação, irritabilidade e “estresse”. Quase 50% delas/es indicam as alternativas “sempre” e “frequentemente” e mais de 45% indicam a alternativa “às vezes”.

Quanto à sensação de medo ou preocupação de que algo ruim acontecesse neste período, tem-se a indicação de mais de 60% das/os estudantes respondendo “sempre” e “frequentemente”. Neste sentido, o demonstrativo aponta um grande número do público atendido pela assistência estudantil no PAE, com tais dificuldades em alguma frequência, durante o período de pandemia.

Outra pergunta realizada aos estudantes foi sobre sensações físicas como aceleração ou palpitação do coração, tremores, sensações de desmaios, falta de ar, dormência ou formigamento. 18,7% das/os estudantes afirmam que tiveram estas sensações “sempre” e “frequentemente”. 46,5% indicaram a alternativa “às vezes”, o que retrata que mais de 50% das/os estudantes apresentaram algum dos sintomas citados acima, no período indicado. Sobre automutilação, ou seja, se pensou em se ferir de alguma maneira, ou em estar morto neste período, 16,3% indicaram a alternativa “às vezes”, 4,7% indicaram “frequentemente” e 2,3% relataram tentativas de suicídio neste período.

Perguntou-se aos estudantes se nos últimos meses, os sinais anteriores lhe causaram algum tipo de dificuldade para trabalhar, estudar, tomar conta das coisas em casa ou para se relacionar com as pessoas. As respostas indicam que quase 30% das/os estudantes não tiveram nenhuma dificuldade, ou seja, indicaram a alternativa “nunca”. Porém, tem-se uma representação de quase 35% dessas/es estudantes indicando “sempre” e “frequentemente”, além de quase 38% indicando “às vezes”, o que significa que grande parte dessas/es estudantes apresentaram alguma dificuldade em exercer atividades de rotina neste período.

Sobre a saúde mental das/os estudantes a “V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de Graduação das Universidades Federais”, realizada em 2018, aponta que 83,5% das/os estudantes indicaram conhecer alguma dificuldade emocional. Tal situação prevalece mais nas mulheres (28,6%) do que nos homens (17,7%), como Santos (2017 apud ANDIFES, 2018 p. 229) identifica abaixo:

Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro.

Os dados apresentados no estudo refletem angústia e medo das/os estudantes durante a pandemia, em uma relação dialética entre objetividade e subjetividade. Como explicita Paulo Silveira (2020), o “momento de um encontro de tal ordem que se torna difícil separar o objetivo do subjetivo, em que a diferença procura se tornar identidade” (SILVEIRA, 2020, p. 90).

Neste sentido, as reflexões do autor (1989) embasadas nos escritos filosóficos marxianos destaca que na relação entre homem e natureza (a práxis humana) é que se efetiva o processo de subjetivação do homem, que corresponde ao processo de objetivação da natureza. Silveira (1989) indica que a subjetividade “não é pensada como sendo posta naturalmente, como uma essência interior, mas ao contrário, ela se constitui na e pela prática” (SILVEIRA, 1989, p.46).

A partir disso, o autor aponta, dentro de um contexto capitalista, a concepção de riqueza no qual explicita categorias de análise como alienação e estranhamento, em uma relação direta entre o trabalhador e a mercadoria, que indica que quanto mais o trabalhador intensifica o seu trabalho, mais pobre ele se torna em seu mundo objetivo e em seu mundo interior, passando a não pertencer a si mesmo, no que descreve: “a pobreza do trabalhador, enquanto mercadoria, não se esgota em uma pobreza estritamente material, mas, que, ao mesmo tempo, e até quase que exclusivamente, a ênfase recai no empobrecimento de seu ‘mundo interior’ ” (SILVEIRA, 1989, p.49). O autor faz uma analogia desta concepção a religião, na qual o trabalhador quanto mais se põe a Deus, menos pertence a si mesmo, no que demonstra os dados a seguir.

Finalmente, os dados apontam, quanto aos indicadores de Religião e Religiosidade, que 27,9% das/os estudantes não possuem religião, 37,2% são católicas/os, 25,6% evangélicas/os, 2,3% se declararam espíritas e um indicativo de 7% das/os estudantes escolheram a alternativa que continha “outras religiões”, mas deixaram o espaço de preenchimento em branco, o que impossibilitou a identificação da religião.

Quanto à pergunta sobre religião relacionada à resolução de problemas, os indicativos demonstram que 62,8% das/os estudantes recorreram à religião “às vezes” e “frequentemente”. 23,2% das/os estudantes indicaram que sempre buscam a religião, ou seja, tem-se um total de mais de 80% de estudantes que procuram a religião tanto para solução de problemas pessoais, quanto para situação relacionada à Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tenta refletir de forma sucinta sobre as condições de vida e de pobreza que assolam uma parte da população, estudantes de graduação, que vivem no norte do Brasil, a partir do perfil socioeconômico realizado pelo Serviço Social do Programa de Assistência Estudantil de uma universidade pública federal, no período da pandemia.

Observa-se que as condições de vida e de trabalho precarizados se agudizam ainda mais na atual conjuntura, diante de proposições estatais como toques de recolher, isolamento social e quarentenas, que visam a não propagação do vírus, de forma contraditória,

pois não garantem o mínimo social de sobrevivência, para aqueles que vivem do trabalho. Para muitos, a miséria e a fome assolam mais que a própria pandemia em uma relação direta entre “escolher” sair para ter o que comer e ser contaminado pelo vírus ou morrer de inanição.

Tudo isso, pode ser observado nos dados aqui desvelados, na particularidade do perfil das/os estudantes de ensino superior, usuárias/os da política social de assistência estudantil. Os indicativos desse estudo durante a pandemia, a exemplo: diminuição de renda, subemprego, desemprego, saúde mental, dentre outros demonstram a incomensurável desigualdade social e econômica que assola o país e a diferença de acesso aos serviços sociais públicos. Expõem a crise estrutural do sistema do capital em âmbito regional e nacional, intensificando ainda mais a miséria e a fome da população.

Entre as tendências explicitadas acima, somam-se as desigualdades abissais vivenciadas entre as mulheres mais pobres, sobretudo na gestão das famílias, que se desdobram entre a manutenção da renda e os cuidados da casa e dos filhas/os ao mesmo tempo (a maioria das famílias chefiadas por mulheres); destaca-se também a violência intrafamiliar, sobre a qual o estudo sinaliza a ausência de denúncias acerca das agressões vivenciadas nesse período de pandemia (nenhuma denúncia foi feita).

A insegurança alimentar vivenciada pelas/os estudantes, indica o aumento e intensificação da pobreza absoluta nos últimos anos, que nesse caso, ocorre na mudança de alimentação que se objetiva no aumento da ingestão de enlatados e cortes de alimentos como carnes, frutas e legumes, e a própria diminuição da ingestão de alimentos. Ademais, as atividades informais de trabalho denominadas “bicos” e o desemprego prevalecem entre as famílias das/os estudantes.

Entre outras questões, destaca-se ainda, a condição de saúde mental das/os estudantes que apontam a dificuldade de concentração, “pouca energia” e cansaço para realização de atividades como ler, estudar e assistir televisão, além de dificuldade para relaxar, nervosismo, agitação, irritabilidade e “estresse”. Além desses dados, encontram-se questões mais sérias de saúde mental, relacionadas às automutilações e suicídios.

Neste sentido, pode-se, sim, dizer que todos estão no mesmo barco, mas em camarotes diferenciados de acordo com as condições sociais de sexo, classe e raça, considerando que o vírus é propagado e ninguém é isento de ser infectado. Porém, a democracia do vírus se anula, na escolha entre quem morre e quem vive; entre os indivíduos que têm acesso à saúde, são transferidos em aviões particulares, cápsulas equipadas com aparelhos de última geração e os que morrem por falta de ar, nos corredores dos hospitais, ou mesmo, aqueles indivíduos entubados sem anestesia e o kit de entubação, no oposto ao debate de Achille Mbembe (2020) sobre o direito universal à respiração e, ainda dentre as/os que são enterradas/os em buracos/covas abertas em terrenos baldios.

Diante disso, a apropriação das reflexões de Zizek (2020), na parte final deste estudo, são fundamentais para não se perder a esperança, em uma perspectiva de que há uma saída para essa tragédia anunciada e se ela não for construída, vivenciaremos uma nova barbárie. Desta forma, o autor é categórico ao dizer que não adianta tratarmos a epidemia como um acidente e retornar ao que era vivenciado anteriormente. Não haverá um novo normal. Será necessário mudar nossa postura diante da vida, da nossa existência enquanto seres humanos, diante da possibilidade de alastrar outro vírus ideológico: “o vírus de começarmos a pensar em possibilidades alternativas de sociedade, possibilidades para além do Estado-nação, que se efetivem sob formas de cooperação e solidariedade globais” (ZIZEK, 2020, p. 379).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAGARO, Camila Pereira et al. *La pandemia social de covid-19 em América Latina: reflexiones desde la salud colectiva*. Buenos Aires Teseo, 2021.

ALENCAR, Otto; AMIN, Esperidião; ABREU, Kátia. Projeto de Lei nº 1171. Altera o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para tratar de licença compulsória nos casos de emergência nacional decorrentes de declaração de emergência de saúde pública de importância nacional ou de importância internacional. 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/147920>. Acesso em: 13 maio 2021.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book. (Coleção Pandemia Capital).

ANDIFES. *V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais*. Brasília: ANDIFES: FONAPRACE, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomico-dos-Estudantes-de-Graduacao-das-Universidades-Federais-1.pdf>. acesso em: 13 maio 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. *O Estado de Direitos Humanos no Mundo: Informe anual 2020/21*. Disponível em: [Informe Anual 2020: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo - Anistia Internacional](#). Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. *Conselho Nacional de Saúde. CNS defende a quebra de patentes das vacinas contra a Covid na Câmara dos Deputados*. [Brasília]: CNS, 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1691-cns-defende-quebra-de-patentes-das-vacinas-contra-a-covid-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 10 de maio de 2021.

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Conselho Universitário (CONSUN). Resolução n. 260, 10 de dezembro de 2019, Aprova o programa de assistência Estudantil (PAE). Belém: 2019. In: [Resolução nº 260 de 10 de dezembro de 2019 - Aprova o Programa de Assistência Estudantil PAE.pdf](#) Acesso em: setembro, 2022.

GALINDO, Erika et al. *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação de insegurança alimentar no Brasil*. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021. E-book. (Food for Justice Working Paper Series, 4). Disponível em: https://www.lai.fu-berlin.de/en/forschung/food-for-justice/publications/Publikationsliste_Working-Paper-Series/Working-Paper-4/index.html. Acesso em: 18 de abril de 2021.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

GOMES, Laura Michele Serrão Lima. “Análise de indicadores: assistência estudantil emergencial durante a pandemia da Covid-19. Belém: PROAES, 2021.

HARVEY, David. *Política anticapitalista em tempos de coronavírus*. [São Paulo]: [Blog da Boitempo], 2020. Disponível em: http://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24_david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/. Acesso em: 06 abr. 2021.

IBGE. *Desemprego*. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 01 abr. 2021.

IMPERATORI, Thais Kristosch. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. *Revista Serviço Social & Sociedade* (129). 2019. Ed. Cortez. Sao Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 de setembro 2022.

MBEMBE, Achille. *Direito universal à respiração*. São Leopoldo,RS: Instituto Humanistas Unisinos, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: 11 maio 2021.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Estudos socioeconômicos*. [s.n.]: [s.l.], 2009. (Serviço social: direitos sociais e competências profissionais). Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. *O Social em Questão*, vol. 22, núm. 45, 2019, Setembro-, pp. 239-260 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264344011/552264344011.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

PAIM, Paulo. Projeto de Lei n.12. 2021. Suspende a obrigação do Brasil de fazer cumprir as seções do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) que dispõem sobre direito do autor, desenhos industriais, patentes e proteção de informação confidencial, para fins de combater a pandemia de Covid-19. 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146245>. Acesso em: 13 maio 2021.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no serviço social. In: MOREIRA, Solange et al. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020. v.2. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

SCHREIBER, Mariana. ALVIN, Mariana. *Covid: apoio dos EUA a quebra das patentes das vacinas é histórico, mas pode demorar a surtir efeitos*. [São Paulo]: BBC/NEWS – Brasil, 2021. Disponível em: [vaconashttps://www.bbc.com/portuguese/internacional-57004132](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57004132). Acesso em : 10 maio 2021.

SILVEIRA (1989) SILVEIRA, Paulo. DORAY, Bernard (orgs). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SILVEIRA, Paulo. *A alma do capital: o fetichismo é a forma capitalista da ideologia. Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 34, p.90-106, jan./jun. 2020.

TOLEDO, Eliza. *O aumento da violência contra a mulher na pandemia de Covid-19: um problema histórico*. 2020. Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1781-o-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico.html?tmpl=component&print=1&page=#.YKq1DJNKi3l>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Conselho Universitário. *Resolução nº 260 em dezembro de 2019*. Aprova o Programa de Assistência Estudantil (PAE). Belém: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/images/Conselhos_Superiores/CONSUN/2019/resoluo_n_260_de_10_de_dezembro_de_2019docx.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

ZIZEK. Slavoj. *Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2020. *E-book*. (Coleção Pandemia Capital).